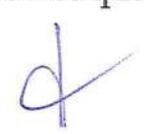


Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência. Aos dezessete dias do mês de abril de 2023, com início às 16h00 horas, realizou-se a reunião extraordinária on line, através do aplicativo Teams, convocada pelo Presidente Sr. Cláudio Amatte. **Participantes online:** Sr. Cláudio Amatte, Sr. José Henrique Moreira Lopes, Dr. Cleiton Risola, Coronel Fábio Toledo Ferreira, Dra. Márcia Conceição Pardal Côrtes, Dr. Joaquim Vaz de Lima Neto, Sra. Leniter Venância dos Anjos Sertório. **Convidados:** Sra. Valdirene de Carvalho Suzzio – Contadora, Sr. Alexandre Ferretti - Auditor. O Presidente Sr. Cláudio Amatte cumprimentou a todos e deu início a discussão do único item da pauta. **1) Apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2022 e Relatório dos Auditores Independentes:** Sr. Cláudio iniciou a reunião e solicitou a contadora Valdirene para realizar a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2022. Sra. Valdirene cumprimentou a todos e iniciou explicando que irá apresentar as demonstrações financeiras do exercício de 2022 e o Parecer da Auditoria Independente. Iniciou a apresentação realizando a leitura do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, a saber: “**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética



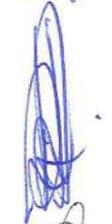
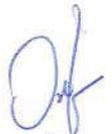
Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: 1) Investimento em Outra Sociedade** A Entidade aportou, até o final deste exercício, o montante de R\$ 26.000.000 na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência. Conforme mencionado na Nota explicativa n.º 8, o estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. A administração da Entidade está avaliando as alternativas para a realização do investimento. A realização deste investimento dependerá exclusivamente da reversão deste aporte e devolução dos valores. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Sem ressalvamos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 26. A Entidade reconhece que enfrenta dificuldades financeiras, sucessivos déficits e baixos índices de liquidez. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e não possuem ajustes em caso de descontinuidade. **Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 14 de abril de 2022, foi emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase referente aos seguintes assuntos: (i) Programa Pró-Sus, (ii) Investimento em outra sociedade, e (iii) Continuidade das operações. Sra. Valdirene explicou que esse item cita que o exercício anterior foi auditado pela mesma auditoria e as notas foram as mesmas colocadas nesse exercício de 2022 também. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que



ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:

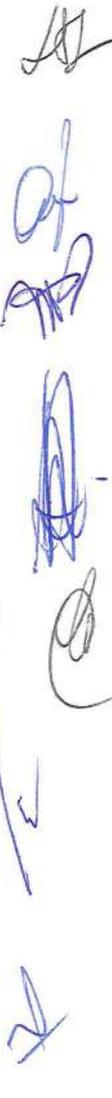
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento



dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas-SP, 17 de abril de 2023. Evolução Auditores Independentes S.S.Ltda. Alexandre Ferretti Reginaldo – Sócio Contador – CRC 1SP254620/0-0.” Tendo finalizada a leitura do Relatório do Auditor Independente, na sequência iniciou apresentando o balanço patrimonial da Entidade, que é composto pelo Ativo Circulante que são os bens e direitos da Entidade de curto e longo prazo, sendo: ATIVO CIRCULANTE: caixa e equivalentes de caixa: R\$ 3.824.109; Clientes: R\$ 10.653.223; Estoques: 2.876.509; Adiantamentos a fornecedores: R\$ 479.273; Impostos a recuperar: R\$ 357.173; Total do Ativo Circulante em 2022: R\$ 18.190.287, explicou que nesse montante temos



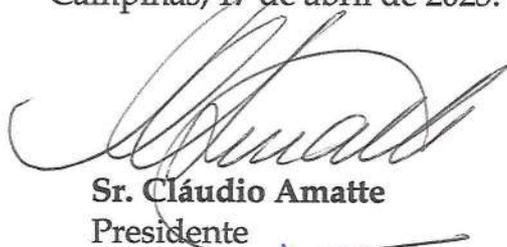
uma parte de clientes que é a operadora ASPB e uma parte do SUS, basicamente hoje são os 02 maiores clientes da Sociedade. Não Circulante: Bloqueios Judiciais: R\$ 1.042.692 – já antigo de obrigações trabalhistas; Investimentos: R\$ 29.802.970 – explicou que aqui dentro tem 26 milhões que se refere ao aporte de fundo social na Associação; Imobilizado: R\$ 17.690.991. **Total do Ativo não circulante: R\$ 48.536.653. Total do Ativo: R\$ 66.726.940. Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto): Circulante**: Explicou que o passivo também representa as obrigações da entidade de curto a longo prazo. Temos: Empréstimo e Financiamentos: R\$ 23.320.712 – explicou que uma parte desse valor já foi quitada em dezembro e por isso deu uma boa reduzida em relação ao exercício de 2021. De R\$ 27.577.904 do exercício de 2021 passou para R\$ 23.320.712. Acordos com fornecedores: R\$ 946.030; Fornecedores e Prestadores de Serviços: R\$ 15.211.451 – salientou que aqui dentro tínhamos ainda em dezembro alguns fornecedores da Oncologia que ainda faziam parte dos contratos da RSPB e atualmente foram transferidos para Operadora. Honorários Médicos: R\$ 3.174.329 – mesma situação dos fornecedores; Obrigações Sociais: R\$ 7.644.543; Adiantamentos de clientes – produção médica: R\$ 10.041.497 – informou que esse saldo refere-se àquela dívida de 2018 da RSPB, que ela parcelou com a Associação de 36 parcelas no valor de R\$ 278.000 e que ela vem pagando todo mês e esse saldo vai diminuindo mensalmente; Obrigações Tributárias: R\$ 6.702.883; Obrigações tributárias – parcelamentos: R\$ 17.841,154; Receitas diferidas: R\$ 150.000; Outras contas a pagar: R\$ 515.822; **Total do passivo circulante: R\$ 85.548.421**. Essas são as maiores rubricas do Passivo circulante. Passivo Não Circulante: Explicou que são os valores há mais de 365 dias, as obrigações que têm há mais de 01 ano que são: Empréstimos e Financiamentos: R\$ 43.936.913 – que também reduziram em relação ao exercício anterior pelos pagamentos e por baixa da quitação. Fornecedores e Prestadores de Serviços: R\$ 8.126.812; Acordos com Fornecedores: R\$ 360.167; Receitas diferidas: R\$ 875.000; Provisão de contingências: R\$ 4.000.221; Obrigações tributárias - Parcelamentos: R\$ 53.066.432 – também reduziram em função do pagamentos; Total do passivo não circulante: R\$ 110.365.545; Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) – Passivo social: R\$ 17.153.825; Reservas de reavaliação: R\$



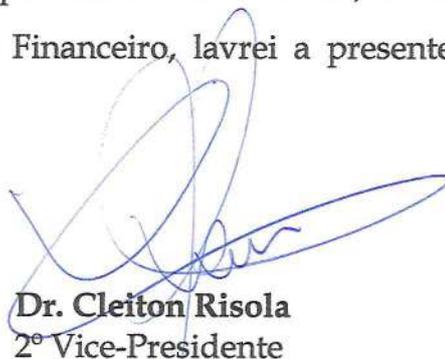
10.209.882; Déficits acumulados: R\$ 198.366.282; Outros resultados Abrangentes: R\$ 41.815.549; **Total do patrimônio líquido: R\$ 129.187.026**; total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto): R\$ 66.726.940. Explicou que o patrimônio líquido não foi alterado em relação ao patrimônio Social em relação as reservas também. Demonstração do Superávit ou Déficit: Receita líquida: R\$ 99.806.044; Custos do serviços prestados: R\$ 92.868.964; **Resultado Bruto: R\$ 6.937.080**; Despesas Operacionais: Gerais e Administrativas: R\$ 34.904.285; Outras despesas e receitas operacionais, liquidas: R\$ 25.084.049; Despesas Financeiras: R\$ 18.442.002; Receitas Financeiras: R\$ 2.202.940; **Déficit/Superávit do exercício: R\$ 19.122.218** – explicou que esse déficit é acumulado em relação ao déficit anterior que era de R\$ 179.244.064 e por isso passou a R\$ 198.366.282. Explicou que há uma rubrica nova que não tem em nenhum outro exercício que é chamado de outros resultados abrangentes que ficou no valor de R\$ 41.815.549, explicou que esse caso foi uma negociação em que o hospital tinha uma dívida somente no exercício de 2022 com o plano de saúde e um déficit da Unidade de Oncologia que foi vendida o negócio porque o imóvel não pode ser negociado, para o plano de saúde e foi feito um cálculo intangível disso, do valor de R\$ 41.815.549 e com isso, a dívida que o hospital tinha de R\$ 39.000.000 foi absorvida nessa negociação e o hospital não necessitou fazer nenhum empréstimo para devolver ao plano esse montante e caracterizaram como outros resultados, não sendo uma receita do exercício, só é demonstrado como demonstração de resultados abrangentes. Explicou que no relatório tem as notas explicativas com o que compõe cada receita, e o total do resultado bruto e as despesas operacionais do exercício que compõem as despesas administrativas R\$ 9.820.236 – nesse exercício teve uma redução de 20 milhões em função do valor do exercício anterior; Despesas financeiras são basicamente relacionadas aos empréstimos no exercício. As receitas financeiras são os descontos que foram obtidos com as negociações de fornecedores, assim contabilizando o déficit do exercício em R\$ 19.122.218. Explicou o resultado do hospital no exercício que ficou com resultado positivo devido a venda do negócio da Oncologia em R\$ 22.693.331. Explicou as movimentações do fluxo do patrimônio líquido os saldos



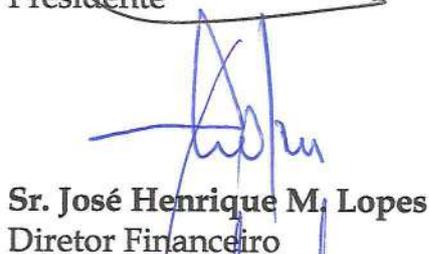
acumulados em 2020: R\$ 143.049.877; 2021: R\$ 179.244.064 e 2022 em: R\$ 198.366.282, os resultados abrangentes e explicou que a entidade fechou com um total de R\$ 129.187.026 do patrimônio líquido. Explicou que o ideal é que a entidade consiga num longo prazo reverter esse negativo aos poucos até que tenha seu patrimônio líquido positivo. Explicou que em caso de alguma dúvida em relação as notas explicativas está a disposição para esclarecimentos e finalizou a apresentação. Sr. Cláudio Amatte - Presidente solicitou que aquele que tivesse alguma dúvida em relação as contas era para se manifestar e não tendo nenhum questionamento, colocou o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 em votação, tendo sido aprovada as contas do hospital por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, Sr. Cláudio Amatte, deu por encerrada a reunião, às 16h28 e eu, Sr. José Henrique Moreira Lopes, Diretor Financeiro, lavrei a presente ata. Campinas, 17 de abril de 2023.



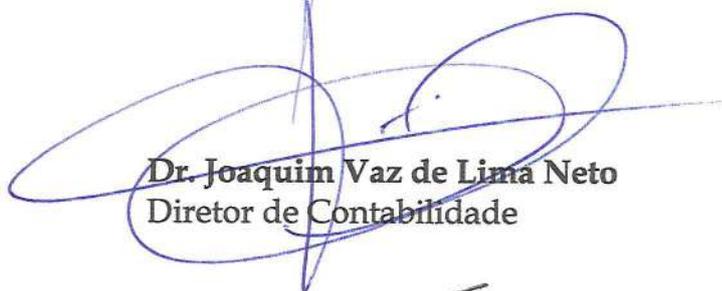
Sr. Cláudio Amatte
Presidente



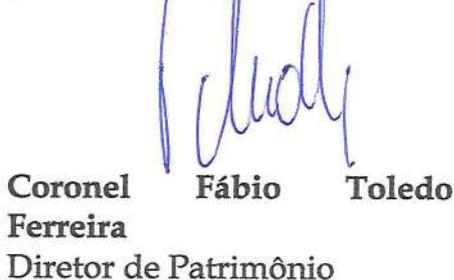
Dr. Cleiton Risola
2º Vice-Presidente



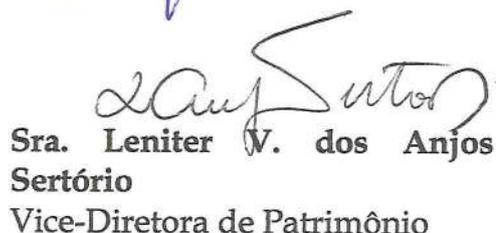
Sr. José Henrique M. Lopes
Diretor Financeiro



Dr. Joaquim Vaz de Lima Neto
Diretor de Contabilidade



Coronel Fábio Toledo
Ferreira
Diretor de Patrimônio



Sra. Leniter V. dos Anjos
Sertório
Vice-Diretora de Patrimônio



Dra. Márcia Conceição P. Côrtes
Diretora de Assuntos Jurídicos